

AS INTER-RELAÇÕES ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE KARL MARX E MAX WEBER

Dannyel Brunno Herculano Rezende

(Doutorando)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

drezende@bol.com.br

Resumo: Este artigo é resultado, em parte, do primeiro capítulo de minha tese de doutorado em Ciências Sociais na UFRN, ainda em andamento, a qual procura estudar a influência do “campo” religioso na política brasileira nos últimos pleitos presidenciais (2002-2014). Com modificações importantes, a presente proposta tem por objetivo estabelecer uma comparação entre Karl Marx e Max Weber no que diz respeito às inter-relações entre a esfera da religião e da política em seus pensamentos. Nesse sentido, não se trata de fazer uma abordagem, em específico, do que os autores elaboraram sobre a religião e/ou sobre a política em si mesmas. O intuito é captar as interfaces desses diálogos, tentando entender como essa relação religião e política foi vista em seus pensamentos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que percorre referências diretas dos pensadores supracitados, bem como de comentadores destacados de seus trabalhos.

Palavras-chave: interfaces religião e política, Karl Marx, Max Weber.

“Não existe religião alguma que seja falsa. Todas elas respondem, de formas diferentes, a condições dadas de existência humana”

E. Durkheim

“Poder é toda a chance, seja ela qual for, de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a relutância dos outros”.

M. Weber

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Toda “discussão” sobre os clássicos da sociologia é antes de tudo uma “rediscussão”. Isso para parafrasear Ítalo Calvino (2007), ao mencionar que “os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se houve dizer: estou relendo... e nunca: estou lendo...”. Há nos clássicos, desse modo, uma inesgotabilidade de seus conteúdos.

Nesse sentido, falamos em importantes nomes da sociologia: Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920). Marx é considerado um dos principais pensadores das ciências sociais. Teórico e militante político, destacou-se tanto por suas reflexões críticas sobre a sociedade capitalista, quanto por seu pensamento que inspirava revoluções socialistas. Marx exerceu uma importância decisiva para o desenvolvimento da sociologia que sempre

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

incorporou parte de suas reflexões para o entendimento da sociedade moderna.

Weber, estudioso de destaque em sociologia, buscou compreender o mundo moderno a partir de um abrangente estudo das religiões mundiais. Weber entendia que a marca fundamental da modernidade era a emergência de uma forma de racionalismo de dominação do mundo. Para ele, a cultura ocidental (o mercado, a burocracia estatal, o direito, a ciência, etc.), é resultado de um amplo processo de racionalização, o qual traz consigo consequências sociais para a vida em sociedade, como o aumento da eficiência e da produtividade, mas também, da perda da liberdade do homem.

Assim, ao propormos estudar esses clássicos, objetivamos estabelecer uma comparação de seus pensamentos no que diz respeito às inter-relações entre o campo da religião e o campo da política. Intencionamos estudar as interfaces religião e política nas potencialidades dos autores no desvelar da realidade social. Para tanto, recorreremos a uma destacada bibliografia que discute os seus pensamentos em pontos importantes que tocam as reflexões sobre religião e sobre a política.

De maneira resumida, o artigo está dividido em duas partes principais: uma, intitulada “Karl Marx e Friedrich Engels: crítica da religião e luta política”, na qual concentramos a visão do socialista alemão sobre a religião, o Estado e as classes sociais; a outra, denominada “Max Weber: racionalização, religião e política na modernidade”, que focamos nas interpretações de Weber sobre a religião, o poder, a dominação, entre outros. Finalmente, as considerações finais que resumem de maneira comparativa seus posicionamentos a respeito do tema tratado.

2. KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: CRÍTICA DA RELIGIÃO E LUTA POLÍTICA

O debate sobre a religião, no pensamento de Karl Marx, não apresenta grande centralidade quando comparada ao seu pensamento político. Contudo, há no autor importantes referências em suas produções sobre a religião, ainda que não tão extensas, como no caso de sua análise política, mas sempre dialogada com ela. Com efeito, a principal referência, ao menos aquela que tem surtido profundo debate, encontra-se na Introdução à Crítica da Filosofia do direito de Hegel (1844) e diz respeito à celebre menção da religião como “ópio do povo”.

Marx explica que sendo a crítica da religião um assunto já sabido, tratava-se agora de concentrar a análise não sobre a religião, mas sobre

uma sociedade que produz a ilusão religiosa e a mantém. A análise da religião é, assim, o ponto de partida para a análise crítica da condição humana e da sociedade. Uma vez feita essa crítica, é preciso passar para a análise da sociedade que produz a alienação religiosa.

Na Alemanha, a crítica da religião chegou, no essencial, ao fim. A crítica da religião é a premissa de toda crítica. (...) A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa. (...) O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana por que a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual (MARX, 2010, p. 145-147).

Sabendo que é o homem quem faz a religião e não o seu contrário é possível entender a sua origem ou suas causas. Daí a crítica da religião, ser antes a crítica contra um mundo desigual, injusto, de dominação de classes e que o homem busca na religião uma idealização, uma perfeição, o que não se consegue na terra. Assim, a religião, em sua abordagem, não é considerada como uma realidade em si mesma, particular, mas como uma realidade derivada de condições sociais determinadas. Como “teoria geral desse mundo...”, a religião se transfigura em ilusões que consolam os fracos e legitimações que consolidam os fortes.

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo. A verdadeira felicidade do povo implica que a religião seja suprimida, enquanto felicidade ilusória do povo. A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões. Por conseguinte, a crítica da religião é o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade. (...) Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da Política (MARX, 2010, p. 145-147).

Para Marx e Engels a religião não é apenas uma expressão da miséria real, mas também um protesto contra essa miséria real, um modo de dizer que além de uma formulação ilusória, ela corresponde a uma situação real de dilaceramento do homem que só poderá ser superada quando a alienação econômica for abolida. Nesse sentido, conforme Rubem Alves (2009, p 80), “as palavras que brotam do sofrimento, se transformam, elas mesmas, no balsamo provisório para uma dor que ele é impotente para curar. É por isso que é o ópio, felicidade ilusória do povo que deve ser abolida como condição de sua verdadeira felicidade”.

Ao falar de ópio do povo, Marx inscreve a sua crítica da religião em uma perspectiva política, para ele tratava-se de libertar as consciências

da obsessão religiosa. Nesse sentido ele criticará a liberdade de consciência burguesa, que lhe parecerá como todos os tipos possíveis de liberdade religiosa. No *Capital*, livro 1, o reflexo religioso do mundo real só poderá desaparecer, afirma Marx, quando as condições de trabalho e da vida prática apresentarem ao homem relações transparentes e racionais com os seus semelhantes e com a natureza. Trata-se de retirar a vida social dessa nuvem mística que vela seu aspecto (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 22).

Para entendermos a crítica de Marx à religião é importante referirmos ao contexto em que ele se insere e no qual as relações entre religião e política eram bastante próximas. Marx escreveu numa época e num país onde ele efetivamente se confrontou com tal situação. Na Prússia de Frederico Guilherme (III e IV) e Guilherme I, a Igreja luterana se inscrevia num Estado qualificado de cristão e participava ativamente na legitimação dos poderes estabelecidos. (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 24-25)

No quadro dos problemas sociais do Século XIX, da revolução industrial e da formação da classe operária, as Igrejas e os cristãos optaram mais pelo conservadorismo sociopolítico do que pelos interesses dos operários. Muitos, eclesiásticos, ainda que não se preocupassem com a miséria dos trabalhadores, efetivamente a caucionaram ao pregar “a lei divina da desigualdade social”, “o trabalho como expiação” e ao incitar os operários a “não colocar unicamente sobre a terra suas esperanças e seus apegos”. Diante dessa situação, e de um painel muito mais complexo do que fazemos ver, é plausível entender a crítica de Marx à religião. Obviamente, as expressões religiosas da época, mais do que conservadora, apresentavam-se reacionárias. (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 24-26)

A inquietação de Marx com a religião e a política, em extrema proximidade, também pode ser notada em uma de suas principais obras: *A ideologia alemã*, escrita em parceria com Engels em 1845-46. Nesse trabalho, a análise dos autores sobre a religião situa-se no campo da superestrutura social, como as estruturas ideológicas (religião, moral, filosofia, etc.) ao lado das estruturas jurídica e política, as quais se apóiam sobre a base econômica ou infraestrutura.

O objetivo de Marx e Engels nesse trabalho é, a partir de um estudo superestrutural da sociedade, levantar o véu que as formas ideológicas colocam sobre a realidade social. Nesse sentido, duas acepções de ideologia destacam-se em seus pensamentos: i) a ideologia como uma inversão da realidade ou falsa consciência e ii) a ideologia como ideias dominantes ligadas à noção de estrutura de classes.

Antes de identificar a ideologia como inversão ou falsa consciência, Marx entrou em um importante debate com Hegel a respeito do Estado, este era visto como algo invertido e apartado da sociedade (KONDER, 2002). Mais do que isso, Marx criticava a concepção filosófica de Hegel que fazia uma apologia ao Estado burocrático moderno, racionalizado e legitimado pela religião cristã. Ele via na filosofia de Hegel um conjunto de representações que visava legitimar um sistema de dominação e dar crédito a uma determinada imagem do político.

Marx incrimina vigorosamente a noção de Estado cristão, tal como observa na Prússia de seu tempo: “no Estado germano-cristão, o poder da religião é a religião do poder”, diz ele em *A respeito da questão judaica* (1844). Um Estado religioso é um Estado imperfeito, que manifesta “uma atitude política em relação à religião e uma atitude religiosa em relação à política”. Ainda que, para Marx, “a emancipação do Estado em relação à religião não seja a emancipação do homem verdadeiro em relação à religião”, (...) ele preconiza (...) a laicização do Estado: “O homem se emancipa politicamente da religião ao expulsá-la do direito público para o direito privado” (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 27-28).

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels vêem na ideologia uma representação invertida da realidade, na esfera das ideias e da consciência, a base real da vida social é ocultada. É nesse sentido que os autores irão tocar no tema da religião como uma manifestação superestrutural a qual está relacionada à base econômica da sociedade. Nesse ínterim os autores vão fazer uma crítica radical ao idealismo hegeliano.

A produção das ideias, das representações e da consciência está, de início, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. (...) acontece o mesmo com a produção intelectual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens que são os produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais, que agem, tais como são condicionados por um desenvolvimento determinado de suas forças produtivas (...)

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, é da terra para o céu que subimos aqui. (...) Por isso a moral, a religião, a metafísica, e todo o resto da ideologia, assim como as formas que lhes correspondem, perdem imediatamente qualquer aparência de desenvolvimento. Elas não têm história, elas não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, ao desenvolverem a sua produção material e suas relações materiais, transformam, com essa realidade que lhes é própria, tanto seu pensamento como os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 2007).

Para os autores de *A ideologia Alemã*, a classe dominante acredita que as suas ideias jurídicas, filosóficas, morais, religiosas, etc., são expressões de uma verdade universal e eterna. Essas formas ideológicas, tomam, assim, uma

outra aceção na interpretação dos autores quando relacionadas à problemática das classes sociais e da dominação.

As ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes. Quer dizer: a classe que possui o poder material na sociedade possui ao mesmo tempo o poder espiritual. A classe que dispõe dos meios da produção material também dispõe dos meios de produção espiritual (MARX, 2007).

O Estado como dizia Engels (*apud* REZENDE, 2001), em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, constitui “o primeiro poder ideológico” e, é claro, expressa a relação de interesses das classes sociais. Evidentemente, a classe materialmente dominante exerce preponderantemente poder sobre ele. O Estado, de outra forma, movimenta-se de acordo com as ideias e representações dos setores dominantes na sociedade. A ideologia, de maneira contextualizada, nada mais é do que um instrumento de classes, inclusive, utilizada pelo próprio Estado, que como pretendia Hegel ser o lugar da razão no implemento da lei e no exercício de uma suposta universalidade.

3. MAX WEBER: RACIONALIZAÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA NA MODERNIDADE

Em Weber o debate sobre a religião é tão central quanto as suas análises sobre a política. Há, inclusive, quem confirme que Weber tinha especial predileção sobre os assuntos políticos (WEBER, 2014, p. 13), muito embora tenha sido reconhecido por seu pensamento por ter escrito um dos principais trabalhos no campo religioso, como é caso de seu célebre estudo sobre A ética protestante e o espírito do capitalismo (1920).

Nesse trabalho, Weber buscou compreender o capitalismo como civilização do moderno mundo ocidental. Observou que na base de seu desenvolvimento estariam princípios religiosos, protestantes, calvinistas que ele denominou de “espírito”. A vivência dessa religiosidade exigia dos fiéis uma conduta de grandes afinidades econômicas, necessárias à realização de um lucro sistemático e racional.

Weber vai se interessar pelos comportamentos práticos dos indivíduos e pelo sentido que eles dão a sua conduta, isso para analisar o conjunto das consequências sociais que seus modos de se comportar acarretam em sua relação com as diferentes esferas de atividades humanas, principalmente, a economia e a política. Observa-se, então, em seus estudos o desenvolvimento de uma racionalidade, isto é, um conjunto de valores baseados na razão, na calculabilidade e expressos na ação social e o de

racionalização, como processos amplos de expansão e institucionalização da ação social para todas as esferas da vida, tendo na religião um espaço importante de condução (SELL, 2013, p. 10).

Fazendo uma transposição de seu pensamento, em diálogo com a economia, para o universo da política, percebemos que o autor inscreve a sua sociologia das religiões em uma sociologia da dominação, o que se aproxima do campo político a partir de suas tipificações ideais. Nesse sentido, Weber está preocupado com a religião como laço social que gera e modo de poder ao qual ela dar lugar, isto é, os tipos de comunidade religiosa e os tipos de autoridade religiosa.

No primeiro momento, Weber vai falar em Igreja e Seita como dois modos de existência social da religião. A igreja constitui uma instituição burocratizada, uma administração de bens da salvação em que se exerce a autoridade de função e que está em simbiose com a sociedade. Já a seita é definida como uma associação voluntária de crentes em ruptura, de certo modo, com o ambiente social (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 85-87).

No segundo momento, Weber vai elaborar os tipos de autoridade religiosa a partir das diferentes formas de legitimação do poder na vida social. O poder é força bruta de obrigação e a autoridade é poder reconhecido como legítimo por aqueles aos quais ele é exercido. O poder pode se legitimar de modo racional-legal, tradicional ou carismático. O primeiro corresponde à autoridade administrativa, impessoal, que repousa sob a crença na validade dos regulamentos; o segundo, refere-se à crença na validade dos costumes, na legitimidade das transmissões tradicionais das funções e o terceiro, é próprio do poder pessoal, uma vez que repousa sobre a aura reconhecida de uma pessoa, o carisma (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 85-87).

Weber observa que no domínio religioso, esses três modos são representados pelos três tipos ideais do sacerdote, do feiticeiro e do profeta: o sacerdote é a autoridade religiosa que se exerce no seio de uma empresa de salvação burocratizada; o feiticeiro é a autoridade que se exerce junto a uma clientela que reconhece o seu saber tradicional; e o profeta é a autoridade pessoal reconhecida sob a base de uma revelação (“eu vos digo”...) (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 85-87).

Conforme Weber, na maior parte das sociedades, durante muito tempo, prevaleceram os modos de dominação carismática e tradicional, e mesmo se opondo, a mudança social era feita pela intervenção de uma figura de carisma. É nesse sentido que Weber realiza uma aproximação entre o profeta e o guerreiro, entre a

revelação e a espada, com duas figuras de autoridade carismática, portadoras de inovação.

“Um direito novo só podia ser introduzido no círculo daquilo que a tradição consagrava por meio de portadores de carisma: por meio de oráculos de profecia ou das decisões de primas de guerra carismática. A revelação e a espada, os dois poderes extracotidianos, dois poderes típicos da inovação radical” (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 90).

No domínio político, esse debate é reconhecido em seus estudos sobre o Estado. Para o autor da ética protestante, o processo de racionalização da vida é conduzido da religião para a política e demais esferas da humanidade (economia, Estado, ciência, artes, etc.). Nesse sentido, em sua análise, Estado é uma organização burocrática, fruto do processo de racionalização, e detentora do poder legítimo da violência.

É em diálogo com esse Estado que Weber vai analisar os processos de formação da liderança política, – o líder carismático (demagogo ou o chefe de partido) ou o líder tradicional (patriarcalismo) –, da mesma forma que, ao analisar a sua estrutura e burocracia, ele vai chamar atenção para a figura do funcionário público (técnico administrativo), acentuando os três tipos ideais de sua metodologia de pesquisa (WEBER, 2014).

Weber também aproxima o religioso do político ao trabalhar a religião em ligação com os agrupamentos sociais. Nesse caminho, Weber reconhece as diferenças sociais de religiosidade ao fazer menção ao indivíduo e sua situação de dignidade social. As camadas sociais necessitadas prezariam, em sua interpretação, por uma religiosidade libertadora, enquanto os grupos mais abastados economicamente por uma religiosidade legitimadora da realidade social.

Como “toda necessidade de salvação é a expressão de uma espécie de miséria, a opressão econômica ou social se encontra na origem das crenças na redenção; sem ser sua fonte exclusiva, ela é, por natureza, uma das mais eficazes. Embora todas as coisas sejam, por outro lado, iguais, as camadas com privilégios econômicos e sociais positivos não experimentam, por assim dizer, elas próprias, essa necessidade de salvação. Elas atribuem mais à religião o papel primeiro de legitimar sua própria situação social e seu modo de viver” (ES, 511). A religião responde tanto a necessidades de redenção quanto ao desejo de ver legitimado o sucesso próprio (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 98).

É importante salientar, contudo, que essa reflexão não coloca Weber em um determinismo de classe, como se apenas em relação as camadas negativamente privilegiadas pudessem dar origem a uma religiosidade de salvação. Weber, ao contrário, se antecipa a essa reflexão e deixa claro que é perfeitamente possível uma religião de salvação encontrar origem no seio das camadas privilegiadas.

De modo geral, ele sabe que o econômico/político jamais determina, univocamente, as atitudes religiosas. Da mesma forma que ele reconhece que as aspirações de salvação podem encontrar caminho puramente secular e não apenas o religioso, como foi o caso do proletariado moderno através das teorias socialistas (HERVIEU-LEGER, 2009, p. 99).

Weber sabe também que durante a história as religiões adotaram posições empíricas extremamente variadas em relação à ação política. Elas foram da oposição radical ao político, manifestada pela busca mística da virtude religiosa, até a absorção do político pelo religioso numa guerra santa, passando até a obediência indefectível a autoridade secular. Mas, mesmo assim, ele reconhece que uma religiosidade que prima pela virtude acima de qualquer coisa, longe de ser indiferente ao político, pode ter consequência revolucionárias, principalmente quando a rejeição radical do mundo, manifestada pelo místico desemboca sobre uma desvalorização total da ordem secular, em favor do aparecimento de uma fraternidade acósmica como nos movimentos milenaristas. (HERVIEU-LEGER, 2009, p 94-95).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx e Weber entendem que a religião e a política se constituem como campos específicos de análise, embora eles se encontrem constantemente. Para Marx a religião pode ser entendida como uma expressão do homem em virtude de uma sociedade cindida, conflituosa e miserável e a política é o espaço da luta de classes e da transformação da sociedade capitalista e do Estado em direção ao socialismo. O proletariado é a figura de maior capacidade empreendedora da revolução (SELL, 2015).

Já em Weber a religião pode ser compreendida como uma dimensão do homem, ligada a sua condição, frente a irracionalidade do mundo. Predomina uma abordagem da religião como sistema de regulamentação da vida que está direcionada para uma realidade intramundana. A política, por outro lado, é o esforço para participar do poder do Estado e este é a capacidade de impor a própria vontade numa relação social, sendo a dominação a possibilidade de obediência encontrada a um mandado.

Weber busca analisar os fundamentos que torna legítimo a autoridade que ele distingue em três tipos puros de dominação: legal, tradicional e carismático. Ele aposta na figura dos líderes carismáticos para conduzir a burocracia estatal e realizar os fins da política (SELL, 2015).

Nos estudos das interfaces dos autores, tanto Marx como Weber tocam em termos essenciais da sociedade e da política, o Estado e as

classes sociais. De modo geral, em Marx a religião é percebida como realidade superestrutural, ilusória e como instrumento de dominação de classe. Contra a alienação religiosa e a liberdade do homem, Marx cobra a abolição da estrutura econômica capitalista e a laicização do Estado. Já em Weber a religião entra em contato com o político a partir do conceito de poder e de dominação, expressando-se nas aproximações das figuras do profeta e do guerreiro como lideranças carismáticas.

Nesse sentido, Weber ao tratar do Estado, enquanto estrutura burocrática, referência o político profissional como liderança carismática, o líder tradicional e o funcionário público em sua dominação legal. Essa estrutura social moderna dialoga com a sua percepção dos agrupamentos sociais, os quais, em sua leitura, vincular-se-iam às expressões religiosas conforme as realidades sociais vivenciadas. Estariam aí, não necessariamente, os mais necessitados a procura de uma religiosidade libertadora e os menos necessitados por uma religiosidade legitimadora do *status quo*.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **O que é religião**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. **Sociologia e religião: abordagens clássicas**. São Paulo: ideias & Letras, 2009.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- REZENDE, Antônio. **Curso de filosofia para professores e alunos dos cursos de segundo grau e graduação**. 3. ed. Rio de Janeiro: JZE, 2001.
- SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e racionalização da vida**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, Max. **Escritos políticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.